

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 19/11/2025 | Edição: 221 | Seção: 1 | Página: 150

Órgão: Ministério dos Povos Indígenas/Fundação Nacional dos Povos Indígenas

DESPACHO N° 43, DE 28 DE ABRIL DE 2023

A PRESIDENTA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI, em conformidade com o § 7º do art. 2º do Decreto 1775/96, tendo em vista o Processo nº 08620.051283/2015-57 e considerando o Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de autoria do antropólogo Sidnei Clemente Peres, que acolhe, face às razões e justificativas apresentadas, decide:

Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para, afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena Aracá-Padauiri (AM), de ocupação tradicional dos povos indígenas Baré, Baniwa, Tukano, Pira-Tapuia, Tuyuka, Desana, Tariana e Yanomami, localizada nos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, Estado de Amazonas.

JOENIA WAPICHANA

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA TERRA INDÍGENA ARACÁ-PADAUIRI

Referência: Processo Funai nº 08620.051283/2015-57. Denominação: Terra Indígena Aracá-Padauiri. Superfície aproximada: 3.388.299 ha. Perímetro aproximado: 1.623,647 km. Localização: Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. Estado: Amazonas. Povo Indígena: Baré, Baniwa, Tukano, Pira-Tapuia, Tuyuka, Desana, Tariana e Yanomami. População: 949 pessoas. Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 1.309/FUNAI, de 30/10/2009, e complementado pelas Portarias nº.º 419/PRES, de 26/03/2010, nº.º 12/DPDS, de 17/06/2010 e nº.º 1.045/PRES, de 27/07/2010, coordenado pelo antropólogo Sidnei Clemente Peres.

I-DADOS GERAIS:



Situada nos municípios amazonenses de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, ambos entre os maiores do Brasil, a Terra Indígena (TI) Aracá-Padauiri comprehende importantes subbacias do médio curso do Rio Negro, um dos corpos hídricos mais caudalosos do planeta. Essas vultosas dimensões ganham ainda mais imponência em virtude dos aspectos paisagísticos regionais, já que, sobre terrenos em sua maioria planos, perene ou sazonalmente inundados, uma cobertura vegetal contínua estende-se até o horizonte. Trata-se de uma área ocupada por indígenas há, no mínimo, três mil anos, mas que, desde o estabelecimento da empresa colonial europeia, passou por significativas alterações demográficas: por um lado, os grupos autóctones viram seus números severamente reduzidos pelas guerras e epidemias; por outro, em razão das frentes extrativistas, para lá se dirigiram afluxos populacionais oriundos de regiões mais distantes, sobretudo do alto rio Negro. Na porção ora delimitada foi identificado um contingente de pelo menos 949 pessoas, formado por oito povos linguisticamente classificados como pertencentes às famílias Arawak, Tukano Oriental e Yanomami. Na literatura antropológica são bem conhecidas as referências ao sistema multiétnico rionegrino, caracterizado por intercâmbios materiais e simbólicos entre diversos grupos. Prestações e reciprocidades decorrentes dos laços de parentesco, compadrio e vizinhança juntam-se à procura por serviços, políticas públicas e trabalho, esse último elemento largamente associado aos ciclos ecológicos, o que conduz as famílias a uma acentuada experiência multilocal. No médio rio Negro é notável a prevalência populacional dos Baré, citados como autóctones já nos primeiros relatos dos expedicionários que, ao percorrer aquele trecho no século XVII, tomaram notas das muitas "nações de gentis" e suas respectivas localizações. De um modo geral, a colonização da região seguiu a estratégia que vigorou em quase todo o Amazonas: atuando em conjunto, missões religiosas e fortes militares expandiam as fronteiras e, no processo, organizavam as forças produtivas. Arregimentada pelas tropas de resgate durante a vigência das Guerras Justas, ou pelos religiosos, nos Descimentos, a mão-de-obra indígena foi direcionada para o extrativismo, que primeiro teve por motor as chamadas "drogas do sertão". No século XVIII, vários foram os aldeamentos alçados a vilas. O de Mariuá, fundado em 1728 por membros da Ordem Carmelita, foi promovido em 1758 com o nome de Barcelos e tornou-se a primeira sede da capitania de São José do Rio Negro, que anos mais tarde seria substituída pela então Barra do Rio

Negro, atual Manaus. No século XIX, a economia extrativista enfrentou forte recessão, sobretudo em razão da Cabanagem, mas ressurgiu com o Ciclo da Borracha (1879-1912). A atividade seringalista não só movimentou contingentes na região amazônica como também atraiu levas numerosas de trabalhadores do nordeste do Brasil, que fugiam das secas de 1877 e 1888. Ao passo que uma nova frente de penetração avançava sobre os territórios indígenas, foi ampliado o modelo de exploração com base no sistema de avamento, que conectava grandes estabelecimentos comerciais de Manaus, lojas em núcleos urbanos menores, negociantes espalhados pelas embocaduras dos rios e trabalhadores extrativistas. No avamento, o patrão adianta a crédito mercadorias inflacionadas ao freguês, que não tem como pagá-las senão com produtos florestais subvalorizados, disso resultando um trabalhador endividado, preso a uma relação de subordinação pessoal quase sempre violenta. Mesmo diante da forte competição internacional que fez cair o preço das gomas elásticas, época a que se seguiu um acentuado declínio populacional naqueles rios, o sistema perdurou. Até hoje, nas "colocações" extrativistas, é elevado o quantitativo de trabalhadores em condições análogas à escravidão. No caso da TI Aracá-Padauiri, a memória indígena destaca um entrelaçamento entre as trajetórias individuais de inserção no regime de avamento, as estratégias de reprodução dos grupos domésticos e a sociogênese dos núcleos populacionais. Nesse contexto, a busca por autonomia frente aos patrões ultrapassou as dinâmicas territoriais concretas e alcançou a consciência reflexiva da etnicidade, sendo o associativismo rionegrino um de seus principais traços políticos. O processo de afirmação étnica exigiu perseverança, já que a condição de indígena era tida como desabonadora e, por muitos, rejeitada. Por força do assimilacionismo característico das antigas ordens constitucionais, bem como das pesquisas pautadas na perspectiva (superada) da aculturação, alguns povos foram erroneamente tomados como "caboclos", isso quando não considerados extintos. O associativismo ganhou mais espaço após a promulgação da Constituição Federal, marco indiscutível no que se refere aos direitos indígenas. Por influência das demarcações conduzidas no alto rio Negro, na década de 1990, as entidades estabelecidas mais a jusante se organizaram e registraram suas reivindicações territoriais junto ao órgão indigenista oficial.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE:



No noroeste amazônico, a regra de residência pós-marital predominante é do tipo virilocal, assentada na descendência patrilinear e na exogamia linguística. Entretanto, diante dos processos de territorialização, muitos grupos rionegrinos reformularam traços até então constitutivos de sua organização social e de seus sistemas de parentesco. Alteraram-se também as dinâmicas de uso e ocupação da terra, bem como a própria morfologia dos agrupamentos humanos. No caso da área estudada, o estabelecimento dos núcleos populacionais hoje existentes está ligado a deslocamentos para os locais de extração de sorva, balata, seringa, castanha e piaçaba, ainda no século XIX. Assim, o repovoamento se deu, primeiramente, a partir das chamadas "colocações", abrigos de estrutura simples construídos próximos aos terrenos em que abundavam os recursos. Com o tempo, o dinamismo social impulsionou a multiplicação dos "sítios", muitos deles estabelecidos sobre antigas fazendas ou povoados extintos. Embora pequenas, essas localidades apresentam vivendas mais elaboradas e uma série de incrementos: canteiros, pomares, construções voltadas à criação de animais, roças de pequenas proporções, casas de farinha e capelas. De qualquer maneira, as mudanças de local seguiam constantes devido às opressões do sistema de trabalho baseado no endividamento. Em meados do século XX, contudo, a congregação salesiana começa a desviar o foco dos internatos e a privilegiar as itinerâncias, atuando junto aos paroquiandos e incentivando a aglutinação desses últimos. Deuse, à vista disso, o surgimento de uma unidade básica de organização inspirada nas "Comunidades Eclesiais de Base", onde os princípios cristãos coletivistas se materializaram em torno de três figuras arquitetônicas: o templo, a escola e o centro social, das quais derivam as figuras centrais de autoridade (o catequista, o professor e o administrador). Destacam-se, outrossim, os mais velhos, mormente os que participaram da fundação do núcleo. Reunindo um número bem maior de pessoas, as comunidades devem sua coesão a múltiplos fatores, em especial aos vínculos de parentesco. Essa unidade produz um universo moral e político onde são definidas as normas de acesso aos recursos naturais, bem como os limites, flexíveis e contextualmente reelaborados, da área de domínio (identidade territorial) de uma dada população frente a outras comunidades ou grupos sociais. A partir de assembleias, são então estabelecidas as relações com o poder público, entidades religiosas, instituições de pesquisa ou organizações da sociedade civil. Uma vez que muitas famílias da região possuem trajetórias de vida intimamente ligadas, o vínculo histórico entre as comunidades é de extrema importância. Logo, cada agrupamento somente pode ser compreendido no âmbito de uma malha de relações múltiplas e diversificadas. Há um padrão em que as comunidades mais antigas acabam funcionando como reservas

para a formação das mais novas, ocorrendo uma dispersão geográfica orientada com base no parentesco e na ocorrência de recursos naturais. Integram esse circuito as cidades de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, trazendo o ambiente urbano componentes de ordem igualmente essencial, como a possibilidade de escolarização dos filhos mais velhos (ensino médio), a busca por serviços especializados e oportunidades de emprego. As estratégias de mobilidade territorial características da região exercem um papel fundamental frente ao aviamento, já que esse sistema opera a partir do confinamento às colocações e do monopólio mercantil. Destarte, são perceptíveis os embates entre duas territorialidades concorrentes: a subjacente à noção de que os patrões são "donos" e a eles é facultada a possibilidade de "fechar os rios"; e a frequentemente traduzida pela expressão "fazer a comunidade", amparada nas modalidades coletivas de uso dos recursos naturais. A maioria das comunidades apresenta um posto de saúde, fora outras edificações características - casas de motor, central de radiofonia, barracões de apoio, gerador de eletricidade etc. Em razão das frequentes inundações, os moradores, formando mutirões, constroem as casas nos terrenos mais elevados, distribuindo-as em ruas paralelas de frente para o rio. Erigidas com esteios de madeira suspensos do chão e amarradas com cipós variados, suas coberturas são de palha de canarana ou piaçaba, materiais obtidos nas matas circunvizinhas. Nas moradas de alguns moradores com maior poder aquisitivo, como professores e agentes de saúde, são comuns os telhados de amianto ou zinco. Trabalhos domésticos como a lavagem das roupas e da louça são realizados nas proximidades do rio, onde cada família constrói um jirau de madeira no formato flutuante. Além de servir como local para os banhos, ali são tratados os peixes e as caças. Exteriormente à casa e ao quintal, existe uma espécie de banheiro ao ar livre - com ou sem fossa séptica - acessado por pequenas veredas que se estendem mata adentro. Na TI Aracá-Padairi, a maioria das comunidades distribui-se por duas microbacias hidrográficas que desaguam na margem esquerda do Rio Negro: a dos rios Preto e Padairi e a do Aracá e Demini. Há, ainda, algumas na margem direita do próprio Rio Negro e em suas ilhas. Do ponto de vista da representatividade, as principais comunidades são Águas Vivas, Malalahá, Mangueira, Campina do Rio Preto, Nova Jerusalém, Acuquaia, Acuacu, Tapera, Floresta, Canafé, Bacabal, Samaúma, Romão, Elesbão, Cuqui e Bacuquara. Suas agendas e prioridades políticas refletem essa distribuição, dado que o associativismo étnico na região é organizado em bases territoriais, a partir de trechos de rios ou até bacias hidrográficas inteiras. Dessa forma, comunidades distantes uma das outras compartilham um senso de pertencimento a algo maior, um espaço contínuo feito de memória, parentesco, trabalho, conhecimentos e anseios. A isso se soma uma perspectiva cosmológica, vigilante quanto ao desrespeito a lugares protegidos pelos verdadeiros donos, pelos bichos-do-fundo e pelos encantados.



III - ATIVIDADES PRODUTIVAS:

No médio Rio Negro, assim como em quase todo o restante da região amazônica, o cotidiano das populações indígenas é muito pautado pelas variações sazonais. O calendário produtivo é especialmente determinado pelo regime das águas, que responde a duas estações bem definidas: a seca, chamada de verão, e a chuvosa, referida como inverno. As principais atividades nas quais se engajam os habitantes da área estudada são ligadas ao ambiente florestal e sua grande profusão de elementos aquáticos, destacando-se a agricultura, a caça, a pesca e o extrativismo. Segundo os especialistas na estrutura e dinâmica ambientais, os solos da região médio-rionegrina são pouco propícios para a agricultura devido à baixa disponibilidade de nutrientes e frequentes inundações. Por isso, as roças são abertas em trechos de terra firme, geralmente por famílias nucleares ou no sistema de ajuri, mutirão em que os convidados recebem algo em troca, sobretudo comida. O plantio se dá a partir da técnica de corte e queima (coivara), sendo essas porções, quase sempre menores do que dois hectares, exploradas por dois ou três anos, ao que se segue um longo período de pousio. Além de constituírem a materialização das relações de parentesco, as roças remetem aos direitos territoriais, pois representam a libertação da dívida com os patrões. Quando a safra da mandioca é farta, as famílias conseguem produzir farinha suficiente para abastecer suas respectivas casas e canalizar o excedente para o mercado das principais cidades da região. Mesmo que majoritariamente devotados ao cultivo da mandioca brava, os indígenas plantam banana, abacaxi, cará/inhame, ingá, tucumã, cana-de-açúcar, açaí, pupunha, melancia etc. Os gêneros não se restringem às roças e quintais em uso, fazendo-se presentes nas manchas de solo antropogênico (sítios antigos), muito comuns e visitadas, onde se verifica maior concentração de determinadas espécies em função do acúmulo de matéria orgânica. Trata-se de um sistema agroflorestal engenhosamente constituído, ligado a práticas sustentáveis que decorrem de conhecimentos socioambientais profundos. Esses saberes ligam-se também à caça, uma prática que, a despeito de seu caráter secundário, complementa a dieta dos grupos. Muitas vezes realizadas durante outras atividades, as caçadas podem

ser programadas, ocasiões em que são empregadas técnicas de espera ou são utilizados cães. Pacas, cotias, caititus e outras presas pequenas podem ser abatidas com bordunas e terçados, mas os caçadores dão preferência a espingardas de baixo calibre. Do ponto de vista proteico, contudo, é a pesca que detém posição central, pois fornece a maior parte do suprimento das comunidades ao longo do ano, especialmente durante a estiagem, quando os peixes ficam restritos a um espaço menor. Ainda que suas condições físico-químicas não favoreçam a ocorrência de algumas espécies, o rio Negro apresenta uma ictiofauna bastante diversa. Seja em locais próximos, frequentados por mulheres e crianças, ou nos corpos hídricos distantes, mais visitados por homens adultos, a pesca, assim como a busca por quelônios e seus ovos, constitui um momento importante de sociabilidade e transmissão intergeracional de conhecimentos. O uso de anzóis, do espinhel, das armadilhas e outras técnicas varia conforme a estação e o ambiente, ou seja, se a pescaria se dá em rios, igarapés, igapós, lagos ou cachoeiras. Entre as espécies mais apreciadas estão a traíra, o tucunaré, o tambaqui, o pacu e o matrinxã. Essas e outras são igualmente valorizadas pelos "geleiros" de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, embarcações comerciais que chegam a carregar mais de cinco toneladas de pescado por viagem. A modalidade é fonte geradora de conflitos, uma vez que os barcos não só adentram os locais de pesca das comunidades, mas também cometem crimes ambientais ao utilizar malhadeira e praticar o arrasto. Fora os peixes comestíveis, no médio Rio Negro são capturados muitos peixes ornamentais, atividade que cresceu concomitantemente à queda dos preços de outros produtos da floresta. Mesmo que hoje enfrente declínio, o setor tem, na base de sua cadeia produtiva, os chamados "piabeiros" - frequentemente, indígenas submetidos ao sistema de avamento. Com efeito, várias atividades podem ser exercidas a mando dos patrões, mas o extrativismo vegetal, sobretudo o da piaçaba, é o que movimenta a maior parte dos esforços. A palmeira cresce naturalmente nos ambientes florestais húmidos, mormente em igarapés e suas cabeceiras. Na terra indígena ora delimitada, elas se encontram principalmente nos rios Padauiri, Preto, Ererê, Aracá e Curuduri. A extração da fibra, que requer força e perícia, é uma atividade predominantemente masculina. Todavia, não é raro casais, às vezes com filhos pequenos, deslocarem-se até os piaçabais e permanecerem de vinte a trinta dias consecutivos embrenhados na mata, instalados em pequenos barracos e vivendo dos gêneros alimentícios adiantados a crédito. Alguns patrões são muito agressivos e exigem um volume enorme do produto, impedindo que os fregueses indígenas se dediquem a outras atividades produtivas importantes ao sustento individual ou familiar. Em um movimento contraditório, jovens indígenas em busca de emancipação frente à família submetem-se à teia extrativista do endividamento para, mais tarde, em seu percurso biográfico, retornar ao convívio com parentes, dessa vez em busca de autonomia frente aos patrões. Quando não associado ao avamento, o extrativismo segue tendo finalidade comercial, mas é essencial também à alimentação e à obtenção de matérias-primas para a fabricação de estruturas, utensílios e remédios. A coleta gira em torno de itens como castanhas, frutos, mel, cogumelos, ervas, palmitos, madeira, fibras etc.

IV - MEIO AMBIENTE:

Em termos geológicos, a TI Aracá-Padauiri repousa sobre a macrorregião denominada Província Rio Negro/Noroeste Amazônico, ocupando ainda a porção sul do Escudo das Guianas, caracterizado por sua antiguidade geológica e grande diversidade de subformações. Ao norte, o conjunto de elevações formada pelas serras do Tapirapecó e do Aracá contrastam com a planície ao sul. São nessas serras que se formam os principais corpos hídricos da porção estudada, quase todos de água preta e ácida, marcados pelos processos de podzolização e decomposição de liteira em áreas marginais de solos pobres em nutrientes. Apesar dessa particularidade, os rios de águas pretas possuem uma grande diversidade de organismos a eles adaptados, e a floresta, tanto a inundável como a de terra firme, fornece elementos importantes à prosperidade dos organismos aquáticos. Considerando apenas a área delimitada, tem-se uma pequena variação de altitudes (50100m) e, a despeito de alguma heterogeneidade pedológica, solos de baixo potencial agrícola em razão dos alagamentos, dos elevados teores de alumínio ou de sua textura arenosa. A variação da drenagem apresentada pelos terrenos dá origem a um encontro de variadas fitofisionomias amazônicas, prevalecendo as florestas ombrófilas do tipo densa submontana e aluviais (igapós), além das diversas categorias de campinarana: gramíneo-lenhosa, arbustiva, arborizada e florestada. O clima da região é o Equatorial Úmido (Af), caracterizado pelos altos índices pluviométricos e temperatura média superior a 18° nos meses mais frios. Especificamente no médio Rio Negro, a estação chuvosa vai de fevereiro a julho. A região é bastante significativa em termos de biodiversidade, apresentando endemismos e registros recentes de novas espécies de animais. Não por acaso, no final dos anos 1990, o Ministério do Meio Ambiente definiu grande parte do município de Santa Isabel do Rio Negro como sendo de "extrema importância para conservação e uso sustentável". Os povos que habitam a TI



Aracá-Padairi são detentores de um vasto corpo de saberes associados a essa biodiversidade, manejada nas diferentes paisagens de acordo com a disponibilidade de um determinado recurso e/ou da praticidade de acesso a ele, variáveis altamente sazonais. Trata-se de um conhecimento essencial às práticas cotidianas de subsistência, à troca e ao comércio, muito associado ao universo simbólico tradicional que orienta as relações entre "homem e natureza". De geração em geração, esses aspectos são atualizados sobre uma mesma base territorial, congregando elementos que vão da etnologia à história de vida dos grupos domésticos. Os limites da área delimitada refletem as zonas de ocorrência de recursos florestais e pesqueiros, os quais, por seu turno, influíram sobre a constituição das comunidades, sítios e colocações. O Rio Aracá, um dos únicos de água barrosa, junto com o Demini, abriga mais de 25 localidades de uso mais frequente e, por isso, nomeadas; no Curuduri, tido como um grande "celeiro" regional, bem como no Cabeçudo, a paisagem é muito diversificada, abundando gêneros distribuídos por 37 topônimos; no curso do Rio Padairi, foram contabilizados 38 pontos de referência; no Preto, 59; no Tabaco, 17; no Ererê encontra-se a maior diversidade de peixes ornamentais da região do médio Rio Negro; e na margem direita desse rio, ao invés dos piaçabais, são comuns os castanhais. A diversidade das plantas é especialmente alta nos quintais mantidos pelas famílias, onde foram verificadas mais de 270 etnovariedades, mas chama atenção igualmente nas roças e nas manchas de florestas antropogênicas (sítios antigos). Quanto à fauna, constam nas listas de animais elaboradas 18 etnoespécies de mamíferos caçados, 9 de aves, 10 de peixes ornamentais e mais de 40 de peixes comestíveis. Todos esses recursos enfrentam algum tipo de pressão por parte de atividades econômicas ligadas a setores nas cidades de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. Os principais conflitos e impactos relacionados ao seu uso e manejo são: o próprio regime de aviamento, destacando-se a redução do intervalo de exploração de uma mesma área; a extração ilegal de madeira para comercialização, principalmente da itaúba; a pesca comercial pelos barcos geleiros, que impactam o estoque pesqueiro empregando técnicas predatórias e ignorando a fase reprodutiva; e a pesca esportiva nos casos em que os barcos desrespeitam áreas de uso tradicional das comunidades.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL:



Quando do censo detalhado (2010), contabilizou-se na TI Aracá-Padairi uma população multiétnica de 784 pessoas. A maioria delas pertence aos povos Baré, Baniwa, Tukano e Yanomami, mas na área estabeleceram-se indivíduos Tariano, Tuyuka, Desana e Pira-tapuia, além de não indígenas que, via casamento, integraram-se às famílias indígenas. O número de habitantes de cada comunidade apresenta flutuações intensas em períodos relativamente curtos, podendo ocorrer dispersões mais significativas em razão de conflitos, assim como de alguns acontecimentos trágicos. Núcleos antes considerados populosos, com mais de oitenta pessoas, podem esvaziar-se ou mesmo ser abandonados e, anos depois, voltar a ser ocupados. Com predominância do sexo masculino, o perfil populacional é majoritariamente jovem, apresentando uma tendência de crescimento próximo ao 1% a.a. Esse quadro exibe, na verdade, uma recuperação populacional decorrente de vários fatores, nomeadamente o acesso à educação, os esforços em gestão ambiental e a cada vez mais presente atenção básica em saúde. Do ponto de vista sanitário, as afecções mais comuns são gripes e gastroenterites, mas ocupam lugar de destaque doenças tropicais como chagas e malária, essa última atingindo níveis epidêmicos nas regiões mais próximas às cabeceiras dos rios. Acidentes ofídicos e com outros animais peçonhentos são frequentes. Embora seja alta a procura pelo atendimento do Sistema Único de Saúde, os indígenas mantêm seus conhecimentos e práticas de cura bastante ativos. Plantas medicinais são largamente empregadas em substituição ou complementação aos medicamentos industriais e, de modo geral, os doentes recorrem tanto ao Agente de Saúde quanto aos benzedores, rezadores ou pajés. A cura pelo viés tradicional é priorizada quando as alterações fisiológicas ou psicológicas são atribuídas a quebrantos ou a algum tipo de mau-olhado. Porquanto não são poucas as entidades mágicas atentas aos tabus alimentares e às regras de comedimento quando da exploração de recursos, entendem os indígenas que a observância às prescrições comportamentais regula não apenas os corpos individuais, mas o estado de harmonia dos ambientes. Entre os comunitários, aliás, são bastante comuns referências a espaços invisíveis, geralmente coincidente com florestas, serras e rios, e que podem ser acessados mediante o uso de plantas ou de rezas específicas para tal finalidade: as cidades dos encantados. Próximo à Serra do Aracá dizem haver uma, razão pela qual certas atividades só se fazem possíveis ali após uma negociação xamânica prévia. São vários os espaços de fundamental importância do ponto de vista cosmológico. Em muitos lagos dos rios Aracá e Demini, por exemplo, vivem os seres designados como "mãe da natureza". São frequentemente citados ainda criptídeos e figuras folclóricas ricas como o Curupira, Mapinguari e Matinta

Perera. O trânsito por ambientes diversificados implica alguma vulnerabilidade frente aos encantados do mundo de baixo e aos espíritos do mundo de cima. Daí que, antes que se façam necessárias as sessões de pajelança, com sucção, sopro e fumaça, são comuns os ritos de proteção como o "batismo d'água", realizado na primeira semana de vida dos bebês. A essas matrizes indígenas somam-se elementos religiosos cristãos, tendo origem um universo interétnico riquíssimo eivado de apropriações e ressignificações simbólicas. Do ponto de vista do engajamento coletivo, são especialmente relevantes as festas de santo, que unem relações econômicas e mecanismos de controle territorial a um sistema de aliança e compadrio. Essas celebrações acompanham o calendário da igreja católica, mas a elas são incorporadas tradições locais sob a forma de músicas, bebedeiras coletivas e uma teatralização do campo social e divino, na qual os participes reforçam seus compromissos com o santo e com as comunidades. Nota-se, portanto, que a reprodução física e a cultural são esferas imbricadas, dependentes e produtoras dos elementos constituintes dos modos de ser na TI Aracá-Padauiri - elementos esses ligados a uma história e a uma perspectiva de futuro territorializadas.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO:

Confrontando-se com a porção delimitada, há um conjunto de áreas protegidas a nível federal, estadual e municipal: a Terra Indígena Yanomami, ao norte; a Floresta Nacional - FLONA do Amazonas, a nordeste; o Parque Estadual Serra - PAREST do Aracá, a leste; e a Área de Proteção Ambiental - APA de Tapuruquara, a Oeste - havendo situação de sobreposição com essa última. A maior parte da Terra Indígena Aracá-Padauiri abarca terras consideradas devolutas, isto é, sem destinação pelo Poder Público e que, desconsiderando-se as posses irregulares, em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular. Merece ressalto a "Gleba Padauiri", com quase 700.000 hectares, arrecadada pelo Incra em 2016 após denúncias relativas à exploração de indígenas nos piaçabais. Com a impressionante extensão de 122 mil km², Barcelos abriga apenas 18.834 habitantes (IBGE, 2022), exibindo a menor densidade demográfica do país. Em Santa Isabel do Rio Negro, onde vivem 14.164 pessoas, a situação é bem semelhante. Por essa e outras razões, a ocupação não indígena mais afastada dos centros urbanos é muitíssimo rarefeita. Em geral, são associadas a patrões do extrativismo e seus descendentes, que alegam ser os legítimos proprietários de determinadas porções de terra. Na região estudada é complexa a tarefa de identificar os ocupantes dos bens imóveis: a maioria deles não vive no local e, por vezes, seus nomes são desconhecidos de seus próprios encarregados. Na TI Aracá-Padauiri, a situação fundiária caracteriza-se por ocupações sem registros ou com registros precários, "garantidos" por simples recibos de compra e venda, passados em cartórios ou não. Na pesquisa junto às comarcas, foram identificadas matrículas antigas, a maior parte delas datando da primeira metade do século passado, relativas a seringais e castanhais hoje não mais explorados, indistinguíveis da paisagem que os cerca. Nos levantamentos de campo (2019), entretanto, foram identificadas apenas 10 ocupações não indígenas. Apesar dos convites por comunicação oficial, os municípios afetados não indicaram representantes para participar dos trabalhos; e o representante indicado pelo estado do Amazonas não pôde acompanhar a expedição a campo. Após a edição da Lei 14.701/2023, procedeu-se a novos levantamentos de gabinete a partir das bases geoespaciais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, quais sejam, o Sistema de Gestão Fundiária - Sigef e o Cadastro Ambiental Rural - CAR, respectivamente. Após remeter intimações a todos os particulares cujo endereço foi possível obter, esta Funai publicou um edital no Diário Oficial da União e em um veículo de mídia de ampla circulação no estado do Amazonas, no qual consta frisado o direito de manifestação, sem prejuízo do período de contraditório estabelecido no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Apenas dois particulares se manifestaram, ambos sem apresentar razões capazes de alterar as conclusões dos estudos. Eis o Quadro de Ocupações não indígenas constante no RCID.

Nº DE ORD.	NOME DO OCUPANTE	CPF /CNPJ	NOME DO IMÓVEL
1	Adailto Barros de Souza	484.***.***-53	Fazenda Paz na Terra
2	Ailton de Freitas Santiago Junior	913.***.***-34	Imóvel Padauiri
3	Allen Cristian Nunes Gadelha	559.***.***-34	Sítio Sawadaw
4	Antônio José Santos Barboza	208.***.***-20	Fazenda Barboza
5	Aroldo Silva de Lima	(desconhecido)	(desconhecido)

6	Campos Novos Mineração S.A / Cícero Nunes Fortunato de Patta	02.***.***-00	Sítio Serrote 2
7	Cícero Nunes Fortunato de Patta	732.***.***-91	Sítio Serrote
8	Cleane Brelaz de Abreu	337.***.***-68	Fortaleza; Jacuruzinho; Guaribal; Guariball; Cassirituba
9	Eco Trilha Amajaí - ME	10.***.***-0000-65	Pousada Tupanaçu
10	Edson Nunes Marat	152.***.***-72	Malalahá
11	Elza Conceição Lacerda Pinheiro	(desconhecido)	Nitiba II
12	Francisca Rosa	(desconhecido)	Sítio N. Srª do Carmo
13	Francisco Carlos Cunha de Oliveira	342.***.***-53	Fazenda Cunha; Tres Irmãos I; Três Irmãos II
14	Guaracy Lacerda Pinheiro	(desconhecido)	Nitiba II
15	Guimarães Inácio Mendes	763.***.***-68	Fazenda Alvorada
16	Jefferson de Souza Leal	050.***.***-32	Três Irmãos I; Três Irmãos II
17	João Gonçalves Dias Filho	456.***.***-82	Fazenda Gonçalves
18	Joaquim Gonçalves de Aguiar Júnior	(desconhecido)	Tapera
19	June Profitlich	623.***.***-13	Estrela da Mata
20	Lindomar dos Santos Gonçalves	(desconhecido)	Malalahá
21	Luana Ketlen França da Costa	063.***.***-90	Fazenda França
22	Luzia Carolina Biazin	008.***.***-67	Sítio Biazin
23	Manoel Avelar da Silva	272.***.***-04	Fazenda Beira Rio
24	Marcicleide Vieira Pinheiro	(desconhecido)	Nitiba II
25	Maria José Lacerda Pinheiro	(desconhecido)	Nitiba II
26	Márcio Barros Pereira de Lima	042.***.***-20	Fazenda Bandeirantes
27	Marcos Antônio da Silva Pereira	977.***.***-00	Fazenda Bom Jardim
28	Melquizedeque Tahan Lopes de Souza Barros	076.***.***-92	Faz Desenv.; Faz. Fenix Divina; Faz. Criaç. da Trindade; Faz. Águia do Norte; Faz. Paz Multip.; Faz. Harmonia da Criaç.
29	Misael Pereira dos Santos	697.***.***-15	Fazenda Rio Negro
30	Modesto Cantuário de Assunção Neto	105.***.***-20	Fazenda Modesto
31	Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro	(desconhecido)	Comunidade Campinas do Rio Preto
32	Renato de Oliveira	469.***.***-72	Fazenda Pai e Filhos; Fazenda Aracá; Fazenda Aracá 2; Fazenda Bonita
33	Roberto Carlos Cordeiro de Almeida	(desconhecido)	Sítio Sawadawa
34	Rosimeire Rosalina da Silva	623.***.***-87	Malalahá
35	Sandra de Mello Rodrigues	248.***.***-00	Tabatinga; Xiriana
36	Sandra Lacerda Pinheiro	(desconhecido)	Nitiba II
37	Sebastião Barros	(desconhecido)	(desconhecido)
38	Vanderci Lopes	362.***.***-06	Fazenda Lopes
39	Walo Leuzinger	310.***.***-53	Puraquequara



Em se tratando de um quadro não exaustivo, particulares não elencados acima não enfrentarão prejuízo caso tenham interesse em oferecer, na forma da Lei, contestação administrativa ao processo demarcatório. Na eventualidade de um processo de extrusão de ocupantes não indígenas da área delimitada, a avaliação voltada ao pagamento das indenizações devidas se dará após a expedição de portaria declaratória pelo Ministro de Estado de Justiça e Segurança Pública.

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO:

Após reunir e analisar extenso material bibliográfico, bem como empreender uma série de levantamentos in loco, a equipe incumbida de elaborar o Relatório Circunstaciado de Identificação e Delimitação ora resumido chegou a bom termo no que se refere à abrangência da TI Aracá-Padairi, com superfície aproximada de 3.388.299 hectares e perímetro de 1.623,647 quilômetros - cujo mapa e memorial descritivo se seguem à presente conclusão. Desde o início dos trabalhos, tomou-se como principal referência os rios por onde se encontram distribuídas as comunidades que reivindicam a demarcação. Esses núcleos populacionais foram visitados um a. um, para a aplicação dos procedimentos metodológicos junto às famílias moradoras. Procurou-se georreferenciar as áreas por elas utilizadas quando em suas atividades produtivas, aquelas de maior relevância do ponto de vista ambiental e as que possuem alto valor simbólico. O constante fluxo humano, material e simbólico verificado entre esses locais confirmou as bases de um já conhecido sistema multiétnico, restando ao Grupo Técnico incumbido dos trabalhos mapear a sua intensidade ao longo de um continuum territorial, identificando as necessidades e as ameaças à reprodução física e cultural dos povos envolvidos. Os limites que abarcam as referências de uso e ocupação deram origem a três áreas, quais sejam: a Área I, à margem esquerda do Rio Negro, que reúne as microbacias dos rios Preto-Padairi, Ererê e Aracá-Demeni; a Área II, que agrupa um conjunto de 15 ilhas fluviais do Rio Negro, composto pelas ilhas da Silva, Providência, Nova Vida, Florianópolis, Tauari e ilhotas do entorno; e Área III, à margem direita do Rio Negro, que abarca a comunidade de Canafé e suas principais zonas de utilização, com destaque para a microbacia do Igarapé Mandiquié e parte das microbacias dos rios Mabahá e Ararihá. Considerando que os resultados obtidos demonstraram, clara e inequivocamente, se tratar de terras como aquelas definidas no artigo 231 da Constituição Federal, isto é, terras tradicionalmente ocupadas, é forçoso garantir aos indígenas seu usufruto exclusivo, cabendo à União proteger e fazer respeitar todos os seus bens

SIDNEI CLEMENTE PERES - Antropólogo-coordenador do Grupo Técnico Portaria Funai n.º 1.309/PRES, de 30 de outubro de 2009, e complementares.

DESCRÍÇÃO DO PERÍMETRO

ÁREA 1: 3.153.658,1936 hectares (três milhões cento e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta e oito hectares dezenove ares e trinta e seis centiares)



Inicia-se o perímetro no Marco MP-352 de coordenadas geográficas 0°37'00.723"N e 64°49'52.072"WGr., localizado no limite da Terra Indígena Yanomami; deste, segue acompanhado o limite demarcado da Terra Indígena Yanomami, passando pelos seguintes marcos: Marco MP-351 de coordenadas geográficas 0°37'40.895"N e 64°49'01.918"WGr.; Marco MP-350 de coordenadas geográficas 0°37'54.650"N e 64°48'44.758"WGr.; Marco MP-349 de coordenadas geográficas 0°38'27.765"N e 64°47'46.005"WGr.; Marco MP-348 de coordenadas geográficas 0°38'58.523"N e 64°46'51.439"WGr.; Marco MP-347 de coordenadas geográficas 0°39'34.726"N e 64°45'47.243"WGr.; Marco MP-346 de coordenadas geográficas 0°40'07.942"N e 64°44'48.347"WGr.; Marco MP-345 de coordenadas geográficas 0°40'38.022"N e 64°43'51.578"WGr.; Marco MP-344 de coordenadas geográficas 0°40'38.022"N e 64°43'51.578"WGr.; Marco MP-343 de coordenadas geográficas 0°41'28.584"N e 64°42'21.327"WGr.; Marco MP-342 de coordenadas geográficas 0°41'41.617"N e 64°41'58.082"WGr.; Marco MP-341 de coordenadas geográficas 0°41'59.291"N e 64°41'26.557"WGr.; Marco MP-340 de coordenadas geográficas 0°42'33.974"N e 64°40'24.668"WGr.; Marco MP-339 de coordenadas geográficas 0°42'33.961"N e 64°39'25.363"WGr.; Marco MP-338 de coordenadas geográficas 0°42'33.946"N e 64°38'24.321"WGr.; Marco MP-337 de coordenadas geográficas 0°42'33.933"N e 64°37'20.656"WGr.; Marco MP-336 de coordenadas geográficas 0°42'42.872"N e 64°36'13.664"WGr.; Marco MP-335 de coordenadas geográficas 0°43'10.168"N e 64°35'12.387"WGr.; Marco MP-334 de coordenadas geográficas 0°43'36.805"N e 64°34'12.584"WGr.; Marco MP-314 de coordenadas geográficas 0°45'00.380"N e 64°31'21.913"WGr.; Marco MP-315 de coordenadas geográficas 0°45'27.319"N e 64°30'29.238"WGr.; Marco MB-315 de coordenadas geográficas 0°45'29.269"N e 64°30'25.425"WGr.; Marco MA-315 de coordenadas geográficas 0°45'31.092"N e 64°30'21.861"WGr.; Marco MP-316 de coordenadas geográficas 0°46'07.778"N e 64°29'09.589"WGr.; Marco MP-317 de coordenadas geográficas 0°46'48.908"N e 64°27'47.985"WGr.; Marco MP-318 de coordenadas geográficas 0°46'51.067"N e 64°27'43.700"WGr.; Marco MA-327 de coordenadas geográficas 0°46'51.141"N e 64°27'31.353"WGr.; Marco MA-322 de coordenadas geográficas 0°46'51.536"N e 64°26'24.060"WGr.; Marco MA-323 de coordenadas geográficas 0°46'51.933"N e 64°25'19.282"WGr.; Marco MA-234 de coordenadas geográficas 0°46'52.347"N e 64°24'14.417"WGr.; Marco MP-319 de coordenadas geográficas 0°46'52.729"N e 64°23'12.919"WGr.; Marco MP-321 de coordenadas geográficas 0°46'57.466"N e 64°23'08.432"WGr.; Marco MP-322 de coordenadas geográficas 0°46'57.892"N e 64°22'07.159"WGr.; Marco

MP-323 de coordenadas geográficas 0°46'58.423"N e 64°20'50.834"WGr; Marco MP-326 de coordenadas geográficas 0°46'58.909"N e 64°19'41.735"WGr; Marco MP-327 de coordenadas geográficas 0°46'59.405"N e 64°18'32.372"WGr; Marco MM-328 de coordenadas geográficas 0°46'59.897"N e 64°17'22.616"WGr; Marco MP-329 de coordenadas geográficas 0°47'25.082"N e 64°16'21.130"WGr; Marco MP-330 de coordenadas geográficas 0°47'52.747"N e 64°15'13.605"WGr; Marco SAT-1018 de coordenadas geográficas 0°47'55.483"N e 64°15'06.928"WGr; Marco MP-318/A de coordenadas geográficas 0°47'57.044"N e 64°15'03.214"WGr; Marco MP-317/A de coordenadas geográficas 0°48'21.040"N e 64°14'06.105"WGr; Marco MP-316/A de coordenadas geográficas 0°48'50.690"N e 64°12'55.506"WGr; Marco MP-315/C de coordenadas geográficas 0°49'19.546"N e 64°11'46.779"WGr; Marco MP-314/A de coordenadas geográficas 0°49'44.787"N e 64°10'46.656"WGr; Marco MP-313 de coordenadas geográficas 0°50'12.298"N e 64°09'41.218"WGr; Marco MP-312 de coordenadas geográficas 0°50'41.932"N e 64°08'30.713"WGr; Marco MP-311 de coordenadas geográficas 0°51'10.774"N e 64°07'22.087"WGr; Marco MP-310 de coordenadas geográficas 0°51'36.279"N e 64°06'21.391"WGr; Marco MP-309 de coordenadas geográficas 0°52'01.427"N e 64°05'21.518"WGr; Marco MP-308 de coordenadas geográficas 0°52'22.231"N e 64°04'31.987"WGr; Marco MA-308 de coordenadas geográficas 0°52'37.052"N e 64°03'56.700"WGr; Marco MP-307 de coordenadas geográficas 0°52'47.391"N e 64°03'59.637"WGr; Marco MP-306 de coordenadas geográficas 0°52'59.665"N e 64°03'30.447"WGr; Marco MP-305 de coordenadas geográficas 0°53'25.349"N e 64°02'29.365"WGr; Marco MP-304 de coordenadas geográficas 0°53'49.536"N e 64°01'31.848"WGr; Marco MP-303 de coordenadas geográficas 0°54'17.726"N e 64°00'24.788"WGr; Marco MP-302 de coordenadas geográficas 0°54'45.181"N e 63°59'19.441"WGr; Marco MP-301 de coordenadas geográficas 0°55'14.468"N e 63°58'09.681"WGr; Marco MP-300 de coordenadas geográficas 0°55'44.031"N e 63°56'59.284"WGr; Marco MP-299 de coordenadas geográficas 0°56'05.929"N e 63°56'07.132"WGr; Marco SAT-1022 de coordenadas geográficas 0°56'32.443"N e 63°55'03.936"WGr., localizado no Rio Aracá; deste, segue a jusante pelo Rio Aracá, acompanhado o limite da Terra Indígena Yanomami até o Marco SAT-1023 de coordenadas geográficas 0°53'06.141"N e 63°51'12.577"WGr., localizado na confluência do Rio Aracá com o Rio Deminizinho; deste, segue a montante pelo Rio Deminizinho, acompanhado o limite da Terra Indígena Yanomami, até P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 1°01'03.510"N e 63°44'05.445"WGr., localizado na confluência do Rio Deminizinho com um igarapé sem denominação e no limite da Terra Indígena Yanomami; deste, segue a montante pelo igarapé sem denominação até P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 1°00'04.145"N e 63°41'53.610"WGr., localizado na sua cabeceira; deste, segue por linha reta até o P-03 de coordenadas geográficas aproximadas 0°59'26.352"N e 63°30'54.054"WGr., localizado em um pequeno igarapé da margem direita do Rio Cueiras (Rio Aracá); deste, segue a jusante pelo Rio Cueiras até o P-04 de coordenadas geográficas aproximadas 0°42'10.714"N e 63°22'18.826"WGr., localizado na confluência do Rio Cueiras (Rio Aracá) com um igarapé sem denominação (Rio Curupira - Memorial Descritivo Parque Estadual Serra do Aracá); deste, segue a montante pelo igarapé sem denominação até o P-05 de coordenadas geográficas aproximadas 0°50'58.266"N e 63°18'29.918"WGr.; deste, segue por linha reta até o P-06 de coordenadas geográficas aproximadas 0°50'56.442"N e 63°17'37.114"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Cujubim; deste, segue a jusante pelo Igarapé Cujubim e pelo Rio Cueiras (Rio Demini) até o P-07 de coordenadas geográficas aproximadas 0°44'11.632"N e 62°53'05.821"WGr., localizado na confluência do Rio Cueiras (Rio Demini) com o Igarapé Branco; deste, segue por linha reta até o P-08 de coordenadas geográficas aproximadas 0°55'25.247"N e 62°48'58.556"WGr., localizado na margem do Igarapé Luafit ou Grande, no limite da Terra Indígena Yanomami; deste, segue a jusante por esse igarapé, em parte no limite da Terra Indígena Yanomami, até o P-09 de coordenadas geográficas aproximadas 0°44'59.375"N e 62°46'23.804"WGr.; deste, segue por linha reta até o P-10 de coordenadas geográficas aproximadas 0°44'59.965"N e 62°40'02.307"WGr., localizado na margem do Igarapé Mauari; deste, segue a jusante por esse igarapé até o P-11 de coordenadas geográficas aproximadas 0°41'24.409"N e 62°36'33.337"WGr., localizado na confluência do Igarapé Mauari com o Rio Demini; deste, segue a montante pelo Igarapé Mauari até o P-12 de coordenadas geográficas aproximadas 0°44'19.558"N e 62°33'08.769"WGr., localizado na confluência do Rio Demini com o Igarapé das Onças; deste, segue a montante pelo Igarapé das Onças até o P-13 de coordenadas geográficas aproximadas 0°52'07.806"N e 62°29'07.353"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé das Onças; deste, segue por linha reta até o P-14 de coordenadas geográficas aproximadas 0°51'58.899"N e 62°29'09.251"WGr., localizado na divisa entre os estados do Amazonas e de Roraima; deste, segue por várias linhas retas, acompanhado a divisa entre os estados do Amazonas e de Roraima, passando pelos seguintes pontos: P-15 de coordenadas geográficas aproximadas 0°50'34.097"N e 62°28'51.462"WGr.; P-16 de coordenadas geográficas aproximadas 0°49'44.813"N e 62°27'57.483"WGr.; P-17 de coordenadas geográficas aproximadas 0°47'06.728"N e 62°27'27.310"WGr.; P-18 de coordenadas



geográficas aproximadas 0°46'36.476"N e 62°27'46.706"WGr; P-19 de coordenadas geográficas aproximadas 0°45'37.962"N e 62°29'05.566"WGr; P20 de coordenadas geográficas aproximadas 0°44'52.548"N e 62°30'01.318"WGr; P-21 de coordenadas geográficas aproximadas 0°42'36.702"N e 62°31'42.346"WGr; P-22 de coordenadas geográficas aproximadas 0°41'25.227"N e -62°32'06.927"WGr; P-23 de coordenadas geográficas aproximadas 0°40'30.604"N e 62°32'17.252"WGr; P-24 de coordenadas geográficas aproximadas 0°38'21.883"N e 62°31'48.880"WGr., localizado na divisa entre os estados do Amazonas e de Roraima; deste, segue por linha reta até o P-25 de coordenadas geográficas aproximadas 0°38'07.749"N e 62°33'26.925"WGr., localizado no divisor de águas da bacia do Rio Demini; deste, segue por várias linhas retas, acompanhado o divisor de águas da bacia do Rio Demini, sentido sul, passando pelos seguintes pontos: P-26 de coordenadas geográficas aproximadas 0°35'30.674"N e 62°33'04.078"WGr; P-27 de coordenadas geográficas aproximadas 0°34'32.191"N e 62°33'45.669"WGr; P-28 de coordenadas geográficas aproximadas 0°32'48.722"N e 62°33'43.657"WGr., localizado no divisor de águas da bacia do Rio Demini; deste, segue por linha reta até o P-29 de coordenadas geográficas aproximadas 0°32'48.554"N e 62°34'41.587"WGr., localizado em um igarapé da margem esquerda do Rio Demini; deste, segue a montante por esse igarapé até o P-30 de coordenadas geográficas aproximadas 0°31'18.880"N e 62°35'09.668"WGr., localizado na sua cabeceira; deste, segue por linha reta até o P-31 de coordenadas geográficas aproximadas 0°30'58.482"N e 62°35'02.945"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Tujuju; deste, segue a jusante pelo Igarapé Tujuju até o P-32 de coordenadas geográficas aproximadas 0°20'07.678"N e 62°36'57.030"WGr.; deste, segue por linha reta até o P-33 de coordenadas geográficas aproximadas 0°19'18.087"N e 62°36'50.008"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé da margem direita do Rio Preto; deste segue a jusante por esse igarapé até o P-34 de coordenadas geográficas aproximadas 0°15'39.782"N e 62°34'46.645"WGr., localizado na confluência do igarapé com o Rio Preto; deste, segue a jusante pelo Rio Preto até o P-35 de coordenadas geográficas aproximadas 0°04'53.153"S e 62°33'42.502"WGr.; deste, segue por linha reta até o P-36 de coordenadas geográficas aproximadas 0°09'30.952"S e 62°38'23.085"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste, segue a jusante por esse igarapé até o P-37 de coordenadas geográficas aproximadas 0°26'43.747"S e 62°42'15.738"WGr.; deste, segue várias linhas retas, passando pelos seguintes pontos: P-38 de coordenadas geográficas aproximadas 0°29'03.250"S e 62°42'30.314"WGr; P-39 de coordenadas geográficas aproximadas 0°32'27.932"S e 62°44'07.244"WGr; P-40 de coordenadas geográficas aproximadas 0°33'27.544"S e 62°46'31.760"WGr; P-41 de coordenadas geográficas aproximadas 0°33'02.732"S 62°46'57.091"WGr., localizado na cabeceira do Igarapé Ererê; deste, segue a jusante pelo Igarapé Ererê até o P-42 de coordenadas geográficas aproximadas 0°34'24.653"S e 62°53'40.964"WGr., localizado na confluência do Igarapé do Ererê com o Rio Demini, deste, segue a jusante pela margem direita do Rio Demini até o P-43 de coordenadas geográficas aproximadas 0°37'57.877"S e 62°55'42.740"WGr., localizado na margem direita do Rio Demini na margem oposta da Ilha Carapanatuba; deste, segue por linha reta até o P-44 de coordenadas geográficas aproximadas 0°21'51.869"S e 63°15'49.625"WGr.; deste, segue por linha reta até o P-45 de coordenadas geográficas aproximadas 0°19'59.488"S e 63°37'55.062"WGr., localizado na margem esquerda do Rio Negro, na foz de um igarapé sem denominação; deste, segue a montante pela margem esquerda do Rio Negro, adentrando no Rio Preto até o P-46 de coordenadas geográficas aproximadas 0°14'40.434"S e 64°05'44.210"WGr., localizado na confluência entre o Rio Preto e um paraná sem denominação; deste, segue a montante por esse paraná até o P-47 de coordenadas geográficas aproximadas 0°16'02.643"S e 64°10'46.111"WGr., localizado na sua cabeceira; deste, segue por linha reta até o P-48 de coordenadas geográficas aproximadas 0°16'33.811"S e 64°12'03.766"WGr., localizado na margem esquerda do Paraná Atau; deste, segue a montante pelo Paraná Atau até o P-49 de coordenadas geográficas aproximadas 0°17'06.468"S e 64°16'40.450"WGr. localizado na confluência do Paraná Atau com o Paraná Acarapuxi; deste, segue a montante pelo Paraná Acarapuxi até o P-50 de coordenadas geográficas aproximadas 0°20'41.837"S e 64°30'04.549"WGr.; localizado na sua cabeceira; deste, segue por várias linhas retas, passando pelos seguintes pontos: P-51 de coordenadas geográficas aproximadas 0°15'26.153"S e 64°30'49.399"WGr; P-52 de coordenadas geográficas aproximadas 0°13'19.654"S e 64°40'46.129"WGr.; P53 de coordenadas geográficas aproximadas 0°12'31.396"S e 64°42'04.716"WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação da margem esquerda do Rio Daraã, deste, segue a jusante por esse igarapé até o P-54 de coordenadas geográficas aproximadas 0°10'00.339"S e 64°45'14.509"WGr., localizado na confluência com o Rio Daraã; deste segue a montante pelo Rio Daraã até o P-55 de coordenadas geográficas aproximadas 0°11'45.403"N e 64°47'59.931"WGr., localizado na confluência do Rio Daraã com um igarapé sem denominação; deste, segue a montante por esse igarapé até o P-56 de coordenadas geográficas aproximadas 0°30'37.087"N e 64°49'58.284"WGr., localizado na sua cabeceira; deste, segue por linha reta até o P-57 de coordenadas



geográficas aproximadas $0^{\circ}30'38.214''N$ e $64^{\circ}50'16.585''WGr.$, localizado na cabeceira de igarapé sem denominação afluente do Rio Preto; deste, segue a jusante por esse igarapé até o P58 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}33'05.078''N$ e $64^{\circ}50'34.796''WGr.$; deste, segue por linha reta até o P-59 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}33'43.666''N$ e $64^{\circ}50'58.308''WGr.$, localizado cabeceira de um igarapé sem denominação afluente do Rio Preto, deste segue a jusante por esse igarapé até o MP-352, início da descrição deste perímetro.

ÁREA 2: 22.167,1357 hectares (vinte e dois mil cento e sessenta e sete hectares treze ares e cinquenta e sete centiares), composta por um conjunto de 15 ilhas fluviais situadas no Rio Negro.

Ilha "A": inicia-se o perímetro no P-60 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}22'04.623''S$ e $64^{\circ}26'45.936''WGr.$, localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-61 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}21'12.084''S$ e $64^{\circ}24'12.103''WGr.$, localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-60, início da descrição do perímetro. Ilha "B" (Ilha da Silva e ilhas do entorno): inicia-se o perímetro no P-62 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}22'28.652''S$ e $64^{\circ}25'08.411''WGr.$, localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-63 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}21'27.989''S$ e $64^{\circ}13'53.123''WGr.$, localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-62, início da descrição do perímetro. Ilha "C": inicia-se o perímetro no P-64 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'57.699''S$ e $64^{\circ}14'06.300''WGr.$, localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-65 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'42.941''S$ e $64^{\circ}12'08.932''WGr.$, localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-64, início da descrição do perímetro. Ilha "D" (Ilha Providência e ilhas do entorno): inicia-se o perímetro no P-66 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'35.559''S$ e $64^{\circ}11'30.307''WGr.$, localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-67 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}18'30.855''S$ e $63^{\circ}52'36.275''WGr.$, localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-66, início da descrição do perímetro. Ilha "E" (Ilha Nova Vida): inicia-se o perímetro no P-68 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'15.023''S$ e $64^{\circ}05'31.417''WGr.$, localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-69 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}19'41.723''S$ e $64^{\circ}00'54.121''WGr.$, localizado na margem esquerda da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-70 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'44.853''S$ e $63^{\circ}57'25.196''WGr.$, localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-71 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'46.830''S$ e $64^{\circ}01'57.566''WGr.$, localizado na margem direita da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-68, início da descrição do perímetro. Ilha "F": inicia-se o perímetro no P-72 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}19'47.888''S$ e $63^{\circ}59'50.988''WGr.$, localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-73 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'26.748''S$ e $63^{\circ}58'04.977''WGr.$, localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-72, início da descrição do perímetro. Ilha "G": inicia-se o perímetro no P-74 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'47.638''S$ e $63^{\circ}57'12.767''WGr.$, localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-75 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'26.724''S$ e $63^{\circ}54'37.877''WGr.$, localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-74, início da descrição do perímetro. Ilha "H": inicia-se o perímetro no P-76 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}21'10.921''S$ e $63^{\circ}55'22.467''WGr.$, localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-77 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'53.299''S$ e $63^{\circ}53'36.361''WGr.$, localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-76, início da descrição do perímetro. Ilha "I" (Ilha Florianópolis): inicia-se o perímetro no P-78 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'27.384''S$ e $63^{\circ}54'28.843''WGr.$, localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-79 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'06.780''S$ e $63^{\circ}53'15.350''WGr.$, localizado na margem esquerda da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-80 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'10.038''S$ e $63^{\circ}52'11.014''WGr.$, localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-81 de coordenadas geográficas aproximadas $0^{\circ}20'35.432''S$ e $63^{\circ}53'38.705''WGr.$, localizado na margem direita da referida ilha; deste, segue



margeando a ilha no sentido horário até o P-78, início da descrição do perímetro. Ilha "J": inicia-se o perímetro no P-82 de coordenadas geográficas aproximadas 0°19'55.769"S e 63°54'34.006"WGr., localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-83 de coordenadas geográficas aproximadas 0°19'38.815"S e 63°53'23.957"WGr., localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-82, início da descrição do perímetro. Ilha "K": inicia-se o perímetro no P-84 de coordenadas geográficas aproximadas 0°19'21.348"S e 63°53'52.316"WGr., localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-85 de coordenadas geográficas aproximadas 0°19'02.876"S e 63°52'30.862"WGr., localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-84, início da descrição do perímetro. Ilha "L" (Ilha Tauari): inicia-se o perímetro no P-86 de coordenadas geográficas aproximadas 0°19'33.539"S e 63°52'50.673"WGr., localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-87 de coordenadas geográficas aproximadas 0°19'00.426"S e 63°48'49.820"WGr., localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-86, início da descrição do perímetro. Ilha "M": inicia-se o perímetro no P-88 de coordenadas geográficas aproximadas 0°18'42.212"S e 63°52'25.140"WGr., localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-89 de coordenadas geográficas aproximadas 0°18'35.274"S e 63°52'05.470"WGr., localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-88, início da descrição do perímetro. Ilha "N": inicia-se o perímetro no P-90 de coordenadas geográficas aproximadas 0°17'55.905"S e 63°53'02.134"WGr., localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-91 de coordenadas geográficas aproximadas 0°18'02.650"S e 63°51'03.752"WGr., localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-90, início da descrição do perímetro. Ilha "O": inicia-se o perímetro no P-92 de coordenadas geográficas aproximadas 0°17'33.078"S e 63°52'34.421"WGr., localizado no ponto extremo a montante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-93 de coordenadas geográficas aproximadas 0°17'46.703"S e 63°50'51.367"WGr., localizado no ponto extremo a jusante da referida ilha; deste, segue margeando a ilha no sentido horário até o P-92, início da descrição do perímetro.

ÁREA 3: 212.473,8957 hectares (duzentos e doze mil quatrocentos e setenta e três hectares oitenta e nove ares e cinquenta e sete centiares)

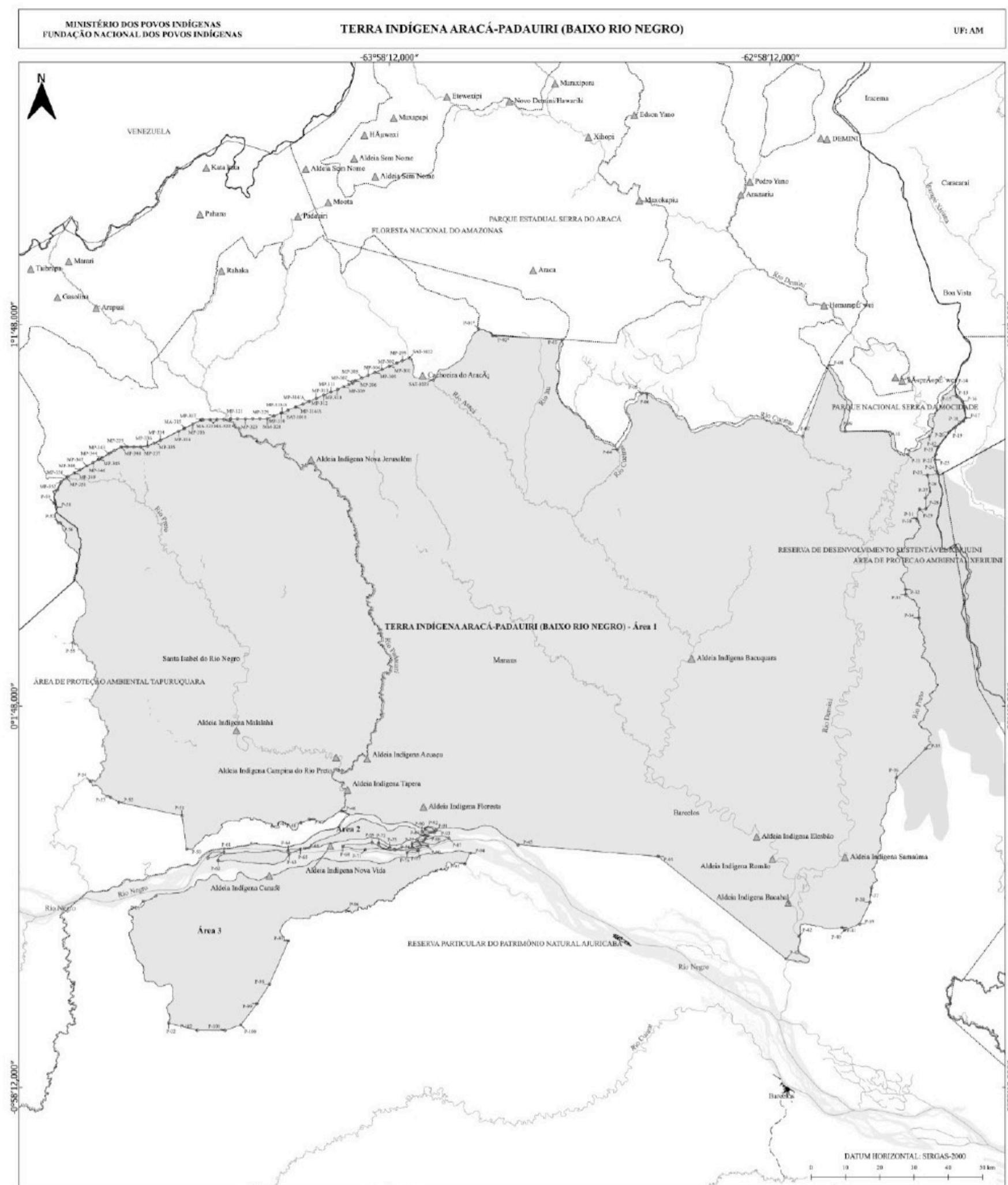


Inicia-se a descrição perímetro no P-01 de coordenadas geográficas aproximadas 0°28'53.798"S e 64°36'53.198"WGr. localizado na confluência do Igarapé Mabahá com o Rio Negro, no limite da Terra Indígena Jurubaxi Téa; deste, segue a jusante pela margem direita do Rio Negro até o P-94 de coordenadas geográficas aproximadas 0°21'19.540"S e 63°45'25.608"WGr., localizado na margem direita do Rio Negro; deste, segue por linha reta até o P-95 de coordenadas geográficas aproximadas 0°22'58.649"S e 63°46'16.906"WGr., localizado na margem esquerda do Rio Ararirá; deste, segue a montante pela margem esquerda do Rio Ararirá até o P-96 de coordenadas geográficas aproximadas 0°30'23.398"S e 64°05'00.325"WGr., localizado na confluência do Rio Ararirá com um igarapé sem denominação; deste, segue pelo igarapé sem denominação até o P-97 de coordenadas geográficas aproximadas 0°35'06.436"S e 64°14'02.018"WGr., localizado na sua cabeceira; deste, segue por várias linhas retas, passando pelos seguintes pontos: P-98 de coordenadas geográficas aproximadas 0°41'57.000"S e 64°17'02.393"WGr.; P-99 de coordenadas geográficas aproximadas 0°44'58.781"S e 64°18'58.581"WGr.; P-100 de coordenadas geográficas aproximadas 0°48'21.184"S e 64°21'33.647"WGr.; P-101 de coordenadas geográficas aproximadas 0°49'12.158"S e 64°24'01.304"WGr.; P-102 de coordenadas geográficas aproximadas 0°49'11.533"S e 64°28'25.461"WGr.; P-02 de coordenadas geográficas aproximadas 0°48'04.903"S e 64°32'54.695"WGr. localizado em uma das cabeceiras formadoras do Igarapé Mabahá, no limite da Terra Indígena Jurubaxi Téa; deste, segue a jusante pelo Igarapé Mabahá, acompanhado o limite da Terra Indígena Jurubaxi Téa, até P-01, início da descrição do perímetro.

Base cartográfica utilizada para elaboração deste memorial descritivo de delimitação: MI-0174-3-NA-20-YC-III-3 (DSG, 2014); MI-0174-4-NA-20-Y-C-III-4 (DSG, 2014); MI-0175-1- NA-20-Y-D-I-1 (DSG, 2014); MI-0175-2-NA-20-Y-D-I-2 (DSG, 2014); MI-0176-1-NA-20-Y-D-II-1 (DSG, 2014); MI-0135-4-NA-20-YB-V-4 (DSG, 2015); MI-0176-2-NA-20-Y-D-II-2 (DSG, 2014); MI-0177-1-NA-20-Y-D-III-1 (DSG, 2014); MI-0177-3-NA-20-Y-D-III-3 (DSG, 2014); MI-0177-2-NA-20-Y-D-III-2 (DSG, 2014); MI-0177-4-NA-20Y-D-III-4 (DSG, 2014); MI-0178-1- NA-20-Z-C-I-1 (DSG, 2013); MI-0178-3-NA-20-Z-C-I-3 (DSG, 2013); MI-0178-2-NA-

20-Z-C-I-2 (DSG, 2013); MI-0178-4-NA-20-Z-C-I-4 (DSG, 2013); MI-0179-1-NA-20-Z-CII-1 (DSG, 2013); MI-0179-3- NA-20-Z-C-II-3 (DSG, 2013); MI-0220-2- NA-20-Z-C-IV-2 (DSG, 2013); MI-0220-4- NA-20-Z-C-IV-4 (DSG, 2013); MI-0263-2- SA-20-X-A-I-2 (DSG, 2013); MI-0263-4 - SA-20X-A-I-4 (DSG, 2013); MI-0307-2 - SA-20-X-A-IV-2 (DSG, 2013); MI-0307-1 - SA-20-X-A-IV-1 (DSG, 2013); MI-0306-2 - SA-20-V-B-VI-2 (DSG, 2015); MI-0262-4 - SA-20-V-B-III-4 (DSG, 2015); MI-0262-3 - SA-20-V-B-III-3 (DSG, 2015); MI-0261-4 - SA-20-V-B-II-4 (DSG, 2015); MI-0261-3 - SA-20-V-B-II-3 (DSG, 2015); MI-0260-4 - SA-20-V-B-I-4 (DSG, 2013); MI-0260-2 - SA-20-V-B-I-2 (DSG, 2013); MI-0304-2 - SA-20-V-B-IV-2 (DSG, 2013); MI-0260-3 - SA-20-V-B-I-3 (DSG, 2013); MI-0304-1 - SA-20-V-BIV-1 (DSG, 2013); MI-0304-3 - SA-20-V-B-IV-3 (DSG, 2013); MI-0303-4 - SA-20-V-A-VI-4 (DSG, 2013); MI-0303-2 - SA-20-V-A-VI-2 (DSG, 2013); MI-0259-4 - Índice de nomenclatura SA-20-V-A-III-4 - Escala 1:50.000 (DSG, 2013); MI-0259-2 - SA-20-V-A-III-2 (DSG, 2013); MI-0259-1- SA-20-V-A-III-1 (DSG, 2013); MI-0216-4 - NA-20-Y-C-VI-4 (DSG, 2014); MI-0216-3 - NA-20-Y-C-VI-3 (DSG, 2014); MI-0216-1 - NA-20-Y-C-VI-1 (DSG, 2014), todas na escala 1:50.000. As coordenadas geográficas indicadas na descrição dos perímetros estão referenciadas ao Datum SIRGAS 2000 (Decreto n. 5.334, de 6 de janeiro de 2005, da RPR 01/2005, de 25 de fevereiro de 2005, e da RPR 04/2012, de 18 de abril de 2012).





SÍMBOLOS CONVENCIONAIS

- Poligonal - Aracá-Paduiri (Baixo Rio Negro)
- Município
- Unidades de Conservação
- Município
- Município
- Linha Fronteira
- Hidrografia
- Estado
- Aldeia Indígena
- Sede Municipal
- Vértice - Aracá-Paduiri (Baixo Rio Negro)

Bases Cartográficas:
FUNDEB - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. (2025). Terra Indígena.
ANATEL - Agência Nacional de Águas e Hidrelâmenos Básicos. (2025). Base cartográfica de Hidrografia Nacional.
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. (2025). Malha Viária Oficial.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Mapa Político do Brasil.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.